



CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, FORMAÇÃO DOCENTE E PANDEMIA COVID-19: O CASO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACED/UFC

Daniela Glicea Oliveira da Silva¹
Sirneto Vicente da Silva²
Josefa Jackline Rabelo³

Resumo: A crise estrutural do capital que se arrasta desde a década de 1970 escancarou, com a pandemia da Covid-19, o fosso das desigualdades que marca a história da luta de classes, velada pelo modo de produção capitalista. O Estado colocou-se, mais uma vez, ao lado dos capitalistas, destruindo direitos trabalhistas e precarizando as condições de trabalho. Os organismos multilaterais, defensores da educação como redentora das mazelas sociais e econômicas, recomendaram, sob a tutela do Estado, a continuidade das aulas mediadas pelas tecnologias e recursos digitais. Este artigo objetiva analisar criticamente a oferta do ensino superior em caráter emergencial e formato virtual, no contexto da pandemia da Covid-19, mediante as atividades desenvolvidas pelo curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal do Ceará (UFC). Apoiar-se em pesquisa teórico-bibliográfica e documental, fundamentada no onto-marxismo. Constatou-se, que a FACED optou por um programa de ensino emergencial não-presencial composto por atividades de formação ampla, integral, para além do chamado ensino remoto⁴, com ações voltadas para o apoio pedagógico, psicológico, socioeconômico e artístico-cultural. Concluiu-se que o capital se apropria de todas as circunstâncias para sua reprodução e ampliação, reforçando a negação de uma formação humana que atenda às reais necessidades do ser social.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital; Ensino Remoto; Curso de Pedagogia.

INTRODUÇÃO

As estratégias adotadas pelo conjunto dos países para o enfrentamento da crise estrutural que tem assolado o sistema do capital, coadunam-se com medidas de cortes em setores de proteção social como saúde, previdência e assistência social, revelando o caráter agressivo do modelo neoliberal, agudizado em países com uma posição política à direita. No contexto da pandemia da Covid-19, que acometeu o conjunto dos países em nível global, tais medidas tornaram ainda mais graves o quadro humanitário e o controle da expansão do número de casos de infectados pelo vírus, culminando na incapacidade de atendimento adequado nos sistemas de saúde e em um alto índice de mortes, sem tocar no ponto central de que o verdadeiro inimigo a ser combatido, o vírus da lógica destrutiva do capital, segue intacto da necessária atuação no sentido da sua superação.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE/UFC). Mestre em Educação e Ensino (MAIE/UECE). Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: glicea.oliveira@ifce.edu.br.

² Doutor em Educação (UFC). Mestre em Educação e Ensino (MAIE/UECE). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: sirneto.silva@uece.br.

³ Doutora em Educação (UFC). Professora Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: jacklinerabelo@gmail.com.

⁴ Termo cunhado pelo uso corrente nas notícias divulgadas pela mídia no período da pandemia da Covid-19. Nos documentos oficiais expedidos não aparece o termo ensino remoto, mas expressões como “meios e tecnologias da informação e comunicação” (Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, “recursos educacionais digitais, TIC, ou outros meios convencionais” (Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020), “atividades pedagógicas não presenciais” (Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020).



Diante do quadro pandêmico, o Brasil adotou a estratégia de continuidade das atividades educacionais por meio do ensino remoto e/ou híbrido. A adoção dessa medida no âmbito do ensino superior revelou que o capital está sempre de prontidão para se utilizar das situações mais nefastas em favor da acumulação e do lucro. Cabe assinalar, que a educação já vem sendo, de longas datas, sobretudo no âmbito da atuação dos organismos internacionais como o grupo Banco Mundial, por exemplo, alvo do processo de mercantilização e privatização, sendo tomada como uma variável econômica de importância na contenção das contradições da crise estrutural do capital. O contexto da pandemia da Covid-19 apenas facilitou que as empresas de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), ao lado daquelas voltadas à produção e comercialização de fármacos, venham somando um crescente aumento nas taxas de lucro, em virtude do incremento das demandas nesses setores.

Desse modo, partimos do pressuposto de que a continuidade das aulas no ensino superior no período da pandemia da Covid-19, a partir do ensino remoto emergencial, atendeu a interesses mercadológicos em duas frentes principais: 1) na continuidade do processo cíclico de acumulação do capital diante do incremento de novas TDIC ao processo educacional; e 2) na busca pela promoção do ajustamento dos sujeitos ao mercado a partir da continuidade da formação em habilidades e competências. Nesse prisma, algumas questões precisaram ser elucidadas ao logo deste estudo, que são: Quais medidas foram tomadas no âmbito das políticas públicas educacionais para a promoção do ensino superior no contexto da pandemia da Covid-19? Qual o alcance teórico-prático e metodológico da adoção das Atividades Educativas Emergenciais na oferta do curso de Pedagogia da FAGED/UFC?

Frente à crítica radical que este estudo propõe, salientamos que a forma hodierna dos seres humanos em coletividade se relacionarem com a natureza, sob as imposições do grande capital, não permitem mais apenas medidas de contenção das contradições gestadas pelo capital em crise estrutural, mas é preciso, de outro modo, mirar no horizonte de superação desse sistema, para se vislumbrar uma educação a serviço da humanidade e não do lucro.

Com vistas ao cumprimento do objetivo anteriormente elencado, este artigo está dividido em três seções. Na primeira, discutimos as imbricações que se estabelecem entre a crise estrutural do capital e a pandemia da Covid-19, que encontram sua gênese na relação não harmoniosa, mas destrutiva, homem-natureza. Na segunda seção, apresentamos os rebatimentos da pandemia da Covid-19 na atual oferta da educação em nível superior por meio das atividades remotas emergenciais frente à crise sanitária que se alastrou pelo mundo. E, por fim, expomos



a análise a partir dos documentos produzidos no cerne da UFC, com vistas ao estabelecimento de diretrizes e normatizações para a oferta da educação em nível superior no formato remoto emergencial, com foco nas ações desenvolvidas no âmbito do curso de Pedagogia da FACED/UFC.

Esperamos que a discussão aqui proposta contribua para aclarar que esse formato de ensino na oferta educacional cumpre objetivos atrelados aos interesses do mercado. Outrossim, existe um vírus anterior ao da Covid-19, que tem assolado a humanidade e promovido a barbárie social hodierna, o vírus do capital, com potencial destrutivo sobre a natureza e os seres humanos em suas relações.

METODOLOGIA

Partindo do referencial onto-marxiano, buscamos analisar criticamente a oferta do ensino superior em caráter remoto emergencial no contexto da pandemia da Covid-19, com foco nas atividades desenvolvidas pelo curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED), no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A investigação partiu de um estudo teórico-bibliográfico e documental, de caráter exploratório, com base nos fundamentos do materialismo histórico-dialético, por compreender que o real só pode ser conhecido dentro de uma totalidade permeada por contradições e mediações, a partir do movimento histórico. Nesse quadro, foram analisados os seguintes documentos elaborados no âmbito UFC: a) Proposta Pedagógica Emergencial (PPE), concebida pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), para nortear os Planos de Atividades Educativas Emergenciais a serem elaborados pelas Unidades Acadêmicas da instituição. Tal documento, trata das diretrizes e normatizações sobre a oferta do ensino remoto emergencial no âmbito dessa Universidade e se baseia nas normativas legais editadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sem desenvolver um amplo debate com toda a comunidade universitária; b) Plano Participar e Incluir: por uma pedagogia colaborativa – Atividades Educativas Emergenciais, construído coletivamente em dez reuniões de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação, que envolveu docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da FACED.

RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E PANDEMIA DA COVID-19

Se Marx e Engels (2007) estavam certos sobre os homens construir a história e que o motor da história humana é a luta de classes, não é menos certo que a luta histórica entre



classes antagônicas se fez no seio da relação dialética entre o binômio homem-natureza, a partir do trabalho. O trabalho é designado pelos estudos da ontologia do ser social de Lukács (1885-1971) como o ato de transformação da natureza pelos seres humanos, responsável pela inauguração da dimensão social desse ser. É por meio do ato de modificar a natureza para produzir aquilo que é necessário à sobrevivência que o homem promove uma dupla transformação: tanto do meio (causalidade dada) como de si mesmo enquanto ser genérico (causalidade posta), diferenciando-se dos demais animais. “O primeiro ato histórico desses indivíduos, através do qual eles se diferenciam dos animais, não é o fato de eles pensarem, mas sim o de eles começarem a produzir seus víveres” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Nessa esteira, os estudos do onto-marxismo conferem a centralidade do trabalho na fundação do ser social, por meio de um salto ontológico entre a esfera orgânica e a social. O trabalho promove o intercâmbio homem-natureza e comparece como categoria fundante do ser social e das demais categorias que compõem a totalidade social (a educação, a arte, o direito, a política, dentre outras) um complexo de complexos (LUKÁCS, 2010).

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1985, p. 149-150).

O trabalho é, portanto, ação exclusivamente humana, em que por meio do processo de teleologia e causalidade, diante da prévia-ideação e objetivação, aquilo que estava presente na consciência humana, torna-se concreto. Dito de outro modo, apenas o ser social consegue planejar o produto do trabalho antes de efetivá-lo, esse produto já existia em sua consciência (prévia-ideação) antes de ser objetivado. Os demais animais apenas o fazem instintivamente e produzirão sempre o mesmo, o ser humano produz sempre o novo (TONET; LESSA, 2008).

É essa categoria, pois, que possuindo centralidade ontológica na conformação da sociedade, opera a divisão social do trabalho e, em consequência, a divisão da sociedade em classes sociais. Ao passo que se acirraram os interesses entres essas classes, conformando tipos de sujeitos: a classe que detém os meios de produção (burguesia) e que apenas detém a força de trabalho (proletariado), esse binômio homem-natureza não mais pode ser compreendido numa relação harmoniosa, em que os seres humanos interagem com a natureza para satisfazer



suas necessidades, respeitando os ciclos naturais de reposição daquilo que é retirado dela, como em modelos de sociedades (primitivas) anteriores, em que apenas era extraído do meio natural aquilo que era necessário à sobrevivência.

Para Mészáros (2009), vivenciamos uma crise sem precedentes na história humana, uma crise que afeta todos os âmbitos sociais no contexto global e se caracteriza por seu caráter estrutural. Como contradição mais imediata dessa crise, encontra-se a produção destrutiva, que acelera o ciclo de utilização das mercadorias, subsumindo o valor de uso ao valor de troca (MÉSZÁROS, 2002). É a partir do momento que os homens não apenas produzem aquilo que é necessário à sobrevivência da coletividade, mas ao contrário, passam a produzir mercadorias para serem vendidas, que o sistema do capital encontra seus limites absolutos, de modo que sua expansão põe em questionamento o futuro humano no planeta.

E para mencionar apenas mais uma das implicações catastróficas do desenvolvimento sistêmico do capital “avançado”, devemos ter em mente a transgressão ecológica global proibitivamente devastadora do nosso modo de reprodução sociometabólica não mais sustentável no mundo planetário finito, com a exploração voraz dos recursos materiais não renováveis e a destruição cada vez mais perigosa da natureza (MÉSZÁROS, 2011, p. 08. Grifo do original).

Atrelada à produção destrutiva, com uma tendência à taxa de utilização decrescente da mercadoria, o teórico levanta a tese da disjunção entre necessidade e produção da riqueza. Como já havíamos mencionado, o fato de que a finalidade lucrativa do capital inaugura uma forma diferente dos homens em coletivo se relacionarem com a natureza, que tem na produção da riqueza e, por sua vez, na sua transformação em lucro, a sua finalidade última, demonstramos o aspecto estrutural da crise descrita por Mészáros (2011). Esse aspecto das necessidades humanas serem secundarizadas no âmbito da produção da riqueza, coloca-nos frente a uma crise que por seu caráter estrutural, necessita para sua superação de uma mudança estrutural (MÉSZÁROS, 2011).

Ocorre, pois, que a crise que assola o sistema do capital é consequência dessa forma dos homens se relacionarem com a natureza, visando transformar os recursos naturais em mercadorias, para dar continuidade ao processo cíclico de acumulação e do lucro. Outrossim, vemos uma quantidade imensa de recursos serem descartados sem que seu valor de uso tenha sido esgotado. No outro polo dessa contradição, temos o agravamento das desigualdades sociais, em que são produzidas quantidades imensas de mercadorias diversas, sem que tenhamos esgotado a existência da miséria e da fome da maior parte dos seres humanos.



É inegável, todavia, que se pudermos comparar a relação do homem com a natureza em modelos anteriores de organização da sociedade, erigidos por modos distintos de trabalho, como no modo de produção primitivo, ou mesmo o escravismo e feudalismo, com o modo de produção capitalista, houve neste último inúmeros avanços em âmbitos diversos, científicos, tecnológicos, no âmbito da medicina e das artes, dentre outros. É importante chamar a atenção, contudo, para dois aspectos em que esses avanços estão assentados: primeiro, houve no capitalismo um desenvolvimento das formas produtivas que em nenhum outro modo de produção foi possível; segundo, esse avanço apenas foi possível porque encontrou seres humanos que perfazendo a classe detentora dos meios de produção, conseguiu explorar o trabalho da classe que, separada dos meios de produzir, apenas detém a força de trabalho. Há, portanto, nesse modo de produção, às condições objetivas e subjetivas para que se produza riquezas em quantidade muito superiores às dos outros modos de produção da existência. Esse duplo aspecto se relaciona diretamente com as transformações de caráter político-econômico e social que resultaram da Revolução Burguesa e da Revolução Industrial, na França e na Inglaterra respectivamente.

Em vista disso, todo esse desenvolvimento humano-social, decorrente do capitalismo avançado, tem como base a exploração do homem pelo homem e a desigualdade extrema, em que apenas uma pequena parcela da população consegue usufruir de tais avanços. É nessa esteira de relações de produção, oriundas da forma pela qual os homens se relacionam com a natureza, que experienciamos a crise inédita no sistema do capital. Como alerta Mészáros (2011), a continuidade expansionista do capital vai de encontro à preservação da vida humana no planeta, que já vivencia fenômenos amargos que caracterizam a barbárie, como as guerras, a fome, a miséria, a violência, o genocídio, as catástrofes naturais de impactos severos na vida humana, dentre outros.

No bojo da crise estrutural do capital, os anos finais do primeiro decênio do século XXI e o início do segundo (anos 2019, 2020 e 2021) foram marcados por uma pandemia em curso, que tomou proporções devastadoras para a toda a esfera humana em escala global. A pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), causou apreensão e representou um grande desafio à ciência, diante da sua grande capacidade de transmissão⁵. A principal

⁵ Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), foi registrado o quantitativo de 14,9 milhões de óbitos entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.



questão levantada pelos estudiosos sobre as possíveis causas que levaram à pandemia pode ser resumida da seguinte forma:

[...] seria ela um fenômeno inevitável diante da relação que os humanos mantêm com os diversos ecossistemas e as demais espécies animais e vegetais? Ou em uma abordagem simplificada, o desfecho episódico – porém recorrente – da forma como se produz e se consome bens e serviços no mundo? (LIMA *et al.*, 2020, p. 2).

Gouvêa (2020) contribui para desvelar que o contato dos seres humanos com o vírus SARS-CoV-2 se deve, provavelmente, à expansão territorial decorrente do capitalismo, que levou ao contato com espécies de animais em que o vírus estava presente. Esse fato nos leva a crer que em outras circunstâncias, ou seja, em uma forma diferente de relação com a natureza, isso poderia ser evitado. A economista aponta, ainda, que o cenário da pandemia não é o causador da crise econômica hodierna, mas que a crise do sistema capitalista já existente, acabou por ser levada ao extremo, já que todos os setores da economia no conjunto dos países em nível global foram atingidos. É importante ressaltar, conforme a mesma autora, que:

[...] a própria Covid-19 não é um “agente externo” e que não existiria e/ou não teria as mesmas consequências fora do sistema capitalista. A pandemia do novo coronavírus expõe de várias maneiras a contradição entre as relações sociais de produção de tipo capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas. A reprodução da vida no capitalismo está sobredeterminada pela mercantilização. O vírus, em si, mesmo que entrasse em contato com seres humanos, provavelmente não teria a mesma taxa de letalidade se houvessem sistemas públicos de saúde em condições de contingenciá-lo, sistemas públicos de pesquisa em condições de estudá-lo, sistemas públicos de produção em condições de organizar o acesso aos insumos necessários. As relações de produção capitalistas inviabilizam a priorização da vida no contingenciamento da COVID e explicitam a dimensão ética-estética da crise, ao colocar em xeque os valores de nossa época histórica, sempre condicionados ao valor de troca como finalidade teleológica sobredeterminante (GOUVÊA, 2020, p. 21. Grifo do original).

Decerto, a maior crise sanitária do século até o presente, tem contribuído para aclarar que a forma que nos relacionamos com a natureza, sob a égide do capitalismo e do individualismo burguês, não corresponde às reais demandas de superação da crise civilizatória. Outrossim, as possibilidades civilizatórias no âmbito da sociedade burguesa já demonstram sinais de esgotamento que, com a pandemia, tem agudizado as imensas desigualdades sociais existentes. As medidas de controle sanitário adotadas pelos países para contenção dos casos da Covid-19, como o isolamento social rígido, têm colocado para as populações mais vulneráveis, em condição de emprego informal, a difícil escolha entre abdicar do sustento para se proteger e preservar suas famílias do adoecimento, mas padecer sem ter condição de suprir as



necessidades imprescindíveis à existência, ou continuar trabalhando e se expondo à contaminação, arriscando, mesmo assim, suas vidas e de seus familiares. Sobre tais acontecimentos, Antunes (2020) ressalta:

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na interrelação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia (ANTUNES, 2020, p. 10).

Essa desigualdade social que assola grande parte da população, com o agravamento dos marcadores de classe, gênero e raça, culmina com uma maior probabilidade de transmissão da doença como também para um aumento das chances de agravamento do quadro clínico (ESTRELA *et al.*, 2020). De pronto, além dessa desigualdade entre as classes sociais, com uma distribuição diferenciada das condições de prevenção e de tratamento, há ainda a desigualdade entre os países de maneira geral. “No mundo, a desigualdade na distribuição dos padrões epidemiológicos seria em função da distribuição desigual das condições socioeconômicas e dos meios de prevenção e tratamento de doenças” (LIMA *et al.* 2020, p. 01). Colocar em polos antagônicos vidas humanas e economia, tem levado a falsa compreensão do verdadeiro inimigo a ser combatido, afinal, a própria existência da economia está condicionada à existência de seres humanos vivos.

No último trimestre de 2021, os diversos canais de comunicação e informação divulgavam o retorno das atividades em um momento considerado “novo normal” em que se espera o alcance da dita “normalidade” vivenciada antes da pandemia da Covid-19. O discurso do retorno à “normalidade”, ou, como assentou Antunes (2020), o retorno à destrutividade, revela-nos uma dupla possibilidade, em que a materialidade objetiva produz dialeticamente, por meio da crise do processo civilizatório, que resulta da desastrosa relação homem-natureza: 1) Retornar aos padrões de consumo e destrutividade dos recursos naturais, aumentar o fosso da desigualdade social e colocar em dúvida o porvir da humanidade; ou, 2) Superar a dita “normalidade” anterior, que tem levado a um esgotamento das possibilidades civilizatórias da vida humana no planeta, por um modo de sociabilidade que redefina a relação homem-natureza através do trabalho.

Juntam-se a essa compreensão outros teóricos, como Michael Löwy (2014), brasileiro radicado na França, que parte de uma perspectiva ecossocialista; o esloveno Slavoj Žižek



(2020), com a tese da reinvenção do comunismo; Antunes (2020), brasileiro, que defende o imperativo de inventar um novo modo de vida contra a letalidade desse modo de organização social atual, dentre outros.

Da perspectiva radical que assentamos, nos juntamos a Tonet e Lessa (2008) e Mészáros (2011), que mesmo antes da ocorrência do fenômeno de crise pandêmica, já vinham asseverando a necessária superação do capital, em crise estrutural, por um modelo com base no trabalho associado, como salienta Tonet (2008, p. 235), em que há um “[...] controle, livre, consciente, coletivo e universal dos trabalhadores sobre o processo de produção”, possível, apenas, a partir da redefinição da relação homem-natureza, em que a produção da riqueza se volte para o suprimento das necessidades humanas e não para a acumulação e o lucro.

Nessa égide, tais impactos que assolam toda a estrutura social, sejam os decorrentes do contexto econômico de crise estrutural do capital, ou da crise sanitária pandêmica a ela atrelada, resultam das formas pelas quais se estabelecem as relações homem-natureza ao longo do tempo. É inegável que essa conjuntura haveria de promover rebatimentos em todos os âmbitos da sociedade, como é o caso da educação em nível superior, por exemplo, que nos dedicamos a analisar no próximo tópico deste artigo.

RETRATOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A pandemia da Covid-19, conforme nossas análises, agudizou a crise econômica em curso desde a década de 1970 e mostrou o quanto o Sistema Público de Saúde (SUS) brasileiro está sucateado e precisa de investimentos financeiros e humanos. Ademais, desvelou as condições precarizadas em que já se encontravam os trabalhadores, sobretudo com a Reforma Trabalhista – Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 –, editada no governo Michel Temer (2016-2018), a qual aprofundou ainda mais a relação entre empregado e empregador e legalizou a retirada de direitos trabalhistas conquistados, ficando o capital livre para explorar os trabalhadores, expropriando sua força de trabalho sob a proteção do Estado.

Antunes (2020), já em 2019, denunciou que mais de 40% dos trabalhadores brasileiros estavam na informalidade e que nesse mesmo ano “[...] uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentavam as condições de uberização do trabalho propiciadas por aplicativos e plataformas digitais [...]” (ANTUNES, 2020, p. 9-10). Com o agravo da pandemia, os números ficaram ainda mais visíveis, elevando o quantitativo de trabalhadores desempregados, informais, desalentados e trabalhadores por conta própria



como mostram os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada pelo site do G1 no dia 30 de junho de 2021. Na matéria, os índices demonstram que o percentual de desempregados continua em aumento entre o trimestre correspondente ao final de 2020 e início de 2021 (nov./dez./jan.) e o trimestre de fevereiro a abril de 2021. De 11,2% cresceram para 14,7%, o que representa um acréscimo de mais de 489 mil pessoas, totalizando 14,8 milhões de desempregados. No mesmo período do ano passado, observamos que a taxa de desemprego era menor – 12,6%, apresentando um aumento de mais de 1,9 milhão de pessoas, quando comparada com a taxa atual – 14,7%.

No tocante aos trabalhadores que vivem na informalidade, quando comparados os trimestres acima referidos, o percentual cresceu de 39,7% para 39,8%, perfazendo 34,2 milhões pessoas. O aumento também ocorreu com o desemprego por desalento, cujo crescimento foi de 941 mil pessoas que, por não existirem vagas, desistiram de procurar trabalho, atingindo assim, 6 milhões de trabalhadores brasileiros. Quanto à população subutilizada, o número chegou a 33,3 milhões, demonstrando um crescimento recorde. Imerso nesse contexto, o número de trabalhadores por conta própria também se elevou para 661 mil em um ano, demonstrando que, deixada à margem pelo Estado, em meio a uma crise estrutural cada vez mais aprofundada e frente às quase inexistentes medidas adotadas pelo governo, a população precisou criar alguma saída para sobreviver.

Ao mesmo tempo, o governo, nomeadamente o federal, tentava inculcar nos brasileiros a ideologia de que a economia não poderia parar e que os trabalhadores deveriam continuar suas atividades. Se em meio à pandemia o foco do governo é não deixar que a economia decline e incentivar a continuidade das aulas, não priorizando a vida da população, podemos inferir que algo está fora do lugar. A vida dos brasileiros foi relegada em detrimento ao complexo econômico. Os pronunciamentos do governo federal mostraram o quanto houve negligência de sua parte por negar a ciência, cortar recursos financeiros de políticas sociais, incentivar o uso de remédios não indicados para combater o novo coronavírus, quebrar o isolamento social, forçar os trabalhadores a saírem de casa, flexibilizar a legislação trabalhista, dentre tantas outras atitudes que contribuíram para que o vírus se alastrasse. Nesse contexto, o capital encontrou na crise sanitária instalada, estratégia para a acumulação, uma vez que, como um vampiro, suga a força de trabalho de outrem para continuar acumulando (MARX, 1985).

A contradição que se apresentou foi a de que em meio a esta pandemia os donos dos meios de produção continuaram ampliando suas riquezas, enquanto os pobres ficavam mais



pobres, como mostra a matéria do dia 6 de maio de 2021, publicado no site do CNN Brasil: Bilionários ficaram US\$ 5 trilhões mais ricos em meio à pandemia de Covid-19. Nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, Marx (2010, p. 80) já denunciava a exploração dos trabalhadores ao concluir que “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão”. Para o capitalismo, as crises são momentos propícios para a utilização de estratégias de ampliação dos lucros, às expensas da expropriação da força de trabalho.

Retomando a citação de Antunes (2020), o autor aponta que as “novas modalidades” de trabalho on-line estavam sendo saudadas como parte do maravilhoso mundo do trabalho digital em plataformas e aplicativos. No entanto, a pandemia do novo coronavírus revelou que as instituições educacionais públicas não estavam aparelhadas, nem tão pouco preparadas para o uso das TDIC, bem como apenas uns poucos professores e estudantes sabiam, de pronto, utilizar tais instrumentos tecnológicos, visto que o Estado investiu parcamente em cursos que propiciassem sua utilização como recursos didático-pedagógicos. Nessa esteira, o uso tão propalado das tecnologias nos discursos e documentos oficiais, mostrou-se limitado para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem durante esta trágica pandemia. Aproveitando-se deste período de crise humanitária, os organismos internacionais fizeram a defesa da manutenção do ensino através das tecnologias (COLEMARX, 2020), sendo prontamente acatados pelas instituições educacionais públicas e privadas, que defenderam a continuidade das aulas.

O complexo da educação, como vemos, continua sendo visto pelos organismos internacionais como campo propício para o desenvolvimento social e econômico, já assinalado desde a década de 1990, quando orientaram e financiaram a reforma educacional brasileira. Tal empenho, por um lado, relaciona-se intrinsecamente com orientações do Banco Mundial acerca da expansão do ensino a distância, o qual está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, como parte da reforma educacional e, por outro, como meio para privatizar a educação pública. De acordo com o Colemarx (2020), a pandemia é utilizada como estratégia para que no retorno presencial das aulas, empresas de capital privado se instalem nas escolas brasileiras através da oferta de plataformas digitais. Prova disso é o investimento que muitas empresas vêm fazendo no setor educacional, criando e/ou financiando institutos e programas para adentrarem as escolas e implementarem formação de professores para o uso das tecnologias nas aulas, acompanhadas de material apostilado e avaliações externas ajustadas às



reformas em curso na educação brasileira, as quais privilegiam currículos baseados no ensino por competências e habilidades básicas como necessárias ao mercado de trabalho e a vida em sociedade. No site da *International Finance Corporation* (Corporação Financeira Internacional), membro do Grupo Banco Mundial, a matéria IFC financia fortalecimento da plataforma digital da Ser Educacional para aumentar oferta de ensino a distância a estudantes do Brasil, publicada em 16 de junho de 2021, amplia essa discussão:

A International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, aprovou um financiamento de longo prazo de R\$ 200 milhões para fortalecer a estratégia de crescimento e a transformação digital da Ser Educacional, um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e líder nas regiões Nordeste e Norte. Os recursos vão assegurar investimentos na atualização das plataformas de ensino à distância dos estudantes e o desenvolvimento de produtos para ajudar as unidades educacionais a enfrentar a crise provocada pela pandemia.

O capital coloca sobre a pandemia a responsabilidade do que denomina de crise educacional, diga-se, a inexistência de aparelhamento tecnológico para a continuidade das aulas através do ensino remoto. Por que somente nestes tempos é que se observou essa situação, se as escolas e universidades não têm estrutura para o ensino remoto? Tão pouco estudantes e professores dispõem de tecnologias com acesso à internet que subsidiem esse modelo de ensino? E, ainda, por que os professores são responsabilizados pela ausência e operacionalização dos meios tecnológicos? No quadro apresentado, por que os organismos multilaterais, sob a tutela do Estado, insistem na continuidade das aulas? Podemos inferir, sem hesitar, que tal estratégia é parte do projeto do capital para ajustar ainda mais o complexo da educação às suas demandas de formação de força de trabalho, primeiro precarizando as instituições educacionais, em seguida instalando os sistemas de educação a distância e privatizando-os. Não é à toa que em pleno cenário de pandemia

[...] foi lançada a Coalizão Global de Educação com os objetivos de propulsionar, no curto prazo, a utilização de tecnologias de aprendizagem remota (por meio da concessão de serviços gratuitos durante o período da pandemia) e, no longo prazo, consolidar o uso de tecnologias de educação nos sistemas regulares de ensino. Liderada pela UNESCO, esta coalisção envolve o Banco Mundial, OCDE, ONU, OMS, UNICEF, OIT, grupos empresariais como Microsoft, Google, Facebook, Zoom, Moodle, Huawei, Tony Blair Institute for Global Change, Fundação Telefônica e outros (COLEMARX, 2020, p. 13).

O projeto capitalista-burguês materializa-se através da abertura encontrada no campo educacional para que as empresas de capital privado se instalem nas instituições educativas. Aproveitando-se deste momento de pandemia da Covid-19, os empresários colocam-se como



solidários às fragilidades emergidas no campo educacional para reforçarem, através de ideologias de mercado, as bases de uma formação precarizada, mínima, para os indivíduos que frequentam as escolas públicas brasileiras, diga-se os trabalhadores e seus filhos. Nessa esteira, percebe-se, claramente, que o intuito não é contribuir com a formação humana emancipadora, uma vez que a introdução das TDIC nas escolas e universidades não leva em conta o acesso restrito por grande parte da população em idade escolar. Desse modo, instala-se uma espécie de darwinismo social, retratado romanticamente pela mídia que, ao mesmo tempo, reforça as desigualdades sociais existentes e coloca nos próprios indivíduos a responsabilidade de viverem em condições precárias, eximindo o Estado de propiciar políticas públicas sociais para a população mais vulnerável.

O CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFC NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Neste espaço, analisamos o trabalho didático-pedagógico desenvolvido através das Atividades Educativas Emergenciais no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Para atender às demandas do capital em crise, o Estado elaborou legislações educacionais alinhadas ao uso do ensino remoto. Em relação à continuidade das aulas, no ensino superior, as orientações oficiais eram de que no retorno, que ocorreu na UFC no início de julho de 2020, fossem realizadas atividades pedagógicas não presenciais por meio das TDIC, como ressalta o artigo 26 do capítulo III do Parecer 15/2020 do Conselho Nacional de Educação: “Podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária [...]” (BRASIL, 2020, p. 14).

Buscando cumprir tais orientações, a UFC, após o período de suspensão das aulas mediante decretos governamentais elaborou, no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), uma Proposta Pedagógica Emergencial (PPE), com o objetivo de estabelecer as bases para os trabalhos pedagógicos no retorno das atividades, para cada Unidade Acadêmica. O documento foi definido como sendo o conjunto de medidas e estratégias emergenciais para a educação, no intuito de reduzir os prejuízos de aprendizagem dos estudantes de graduação da UFC, tanto durante como após o período de isolamento causado pelas medidas para a diminuição da COVID-19 (UFC/PROGRAD, 2020), pautado em diretrizes gerais para subsidiar a elaboração do Plano de Atividades das Unidades Acadêmicas. Resumidamente, as



diretrizes gerais eram: calendários flexíveis; garantia de suporte pedagógico e tecnológico para os professores e de meios para que os estudantes acompanhassem as atividades das disciplinas ministradas através de ensino remoto; apoio para reestruturação, higienização e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a realização de aulas práticas que ocorressem nos espaços específicos e coletivos; suporte de acessibilidade pedagógica e metodológica para professores e estudantes com deficiência (UFC/PROGRAD, 2020).

No entanto, como apontado no Plano Participar e Incluir: por uma pedagogia colaborativa – Atividades Educativas Emergenciais, construído pela FACED, havia por parte dos decretos e portarias editados pelo MEC, bem como de documentos internos à UFC, como o PPE da PROGRAD, uma defesa intransigente em relação ao retorno das aulas com a utilização do ensino remoto: “[...] tais documentos foram aprovados à revelia das condições da comunidade acadêmica e das reais condições de vida da maioria de seus integrantes, fazendo uma verdadeira ‘apologia’ ao ensino remoto” (FACED/UFC, 2020, p. 7. Grifo do original). O Plano Participar e incluir revelou que, de acordo com pesquisas realizadas com discentes, docentes, terceirizados e técnico-administrativos, as condições objetivas para o retorno das atividades educacionais mostraram-se instabilizadas. Os estudantes, diante do quadro pandêmico, apresentaram, em suas respostas, elementos importantes para a organização e planejamentos das atividades, quando do seu retorno através do ensino remoto: saúde mental afetada; comprometimento da renda familiar; membros da família pertencentes ao grupo de risco; luto; pretensão em trancar o curso se o retorno fosse com o ensino remoto; inexperiência com atividades virtuais; residência inadequada para ambiente de estudo; dentre outros (FACED/UFC, 2020). Nesse quadro, Filho, Carmo e Ribeiro (2020) analisam que

[...] foi importante no decorrer da pesquisa desconstruir a ideia de substituição do ensino presencial pelo remoto, apontando como principal motivo o fato de o ensino remoto realizado por meios digitais excluir das suas possibilidades os que não dispõem dos recursos necessários para realizá-lo. Desse modo, se o ensino exclui algum indivíduo das suas possibilidades, ele deixa de ser público e passa a ser restrito a quem possui certos privilégios, ou seja, ele passa a ser do interesse da classe que desde o surgimento do capitalismo exerce o domínio sobre as classes subalternas (FILHO; CARMO; RIBEIRO, 2020, p. 128-129).

Isto posto, torna-se relevante expor o fato de que no Brasil, a democratização do acesso da população à internet, ainda é um grande desafio. Em conformidade com a matéria do site Agência Brasil: Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, do dia 29 de abril de 2020, o País totalizava 46 milhões de pessoas sem acesso à internet, o que comprometia a participação



dos estudantes nas aulas através do ensino remoto. Sem contar que, se há dificuldade de acesso pelos docentes, entre os estudantes essa dificuldade se intensifica, visto que a

[...] maioria são filhos de trabalhadores que com muito esforço e com ajuda de algumas políticas sociais de acesso ao ensino superior como ENEM e PROUNI, conseguem estudar em uma universidade pública, mas que não dispõem dos recursos tecnológicos necessários para acompanhar as atividades remotas. [...] Além disso, ainda há a necessidade de adaptação ao ensino mediado por “telas”. [...] A experiência tem mostrado que em algumas situações os alunos entram nas salas virtuais, mas não reagem ao conteúdo apresentado, muitas vezes dividem a atenção com outros afazeres, já que estão em ambiente inapropriado ao aprendizado (FILHO; CARMO; RIBEIRO, 2020, p. 123. Grifo do original).

Pautados nos resultados da pesquisa diagnóstica e se colocando criticamente contra o ensino remoto, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da FAGED/UFC, elaboraram o Plano Participar e incluir fundamentados nos seguintes princípios: qualidade da educação, isonomia do acesso entre estudantes e condições do trabalho docente. Segundo o documento, o objetivo era proporcionar uma educação inclusiva, mesmo diante dos limites impostos pelo ensino remoto (FAGED/UFC, 2020). Assim sendo, precisou reorganizar teórico-metodologicamente as aulas para atender às várias demandas expostas pelos discentes.

Tomando como base as atividades educativas emancipadoras defendidas por Ivo Tonet (2014) na obra Educação, Cidadania e Emancipação Humana, os docentes do curso de Pedagogia da FAGED/UFC idealizaram as Atividades Educativas Emergenciais. Consoante o autor, o acesso aos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade se compreendidos dentro do antagonismo da sociedade de classes, pode contribuir para a emancipação humana. Para tanto, deve-se levar em consideração cinco quesitos, a saber:

[...] conhecimento, o mais profundo e sólido possível da natureza do fim que se pretende atingir, no caso, da emancipação humana. [...] apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares. [...] conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação. [...] domínio dos conteúdos específicos de cada área do saber. [...] articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições na estrutura produtiva (TONET, 2014, p. 145-151).

Constata-se que as atividades educativas emergenciais foram desenvolvidas, levando em consideração o contexto histórico que estava sendo vivenciado, com suas contradições e mediações, bem como buscando garantir a inclusão de todos: discentes, docentes, terceirizados e técnicos-administrativos. Por conseguinte, a defesa que a FAGED/UFC fez (e faz) pela inclusão e garantia de acesso às aulas por todos os estudantes, mostrou o compromisso com



uma formação voltada para a classe trabalhadora e seus filhos, dentro de uma matriz emancipatória. Além do mais, é uma forma de resistir ao modelo de Educação a Distância, o qual viabiliza que empresas educacionais de capital privado imponham uma educação fundamentada na ideologia burguesa-liberal.

Para a estruturação das Atividades Educativas Emergenciais, os componentes curriculares que integraram as disciplinas acadêmicas foram organizados em sete (07) eixos temáticos – Educação, cultura e sociedade; Conhecimentos, linguagens, artes e saberes; Educação, Didática, Currículo e Ensino; Trabalho, História e Políticas Educacionais; Subjetividades, identidade e diversidade; Socioambiente, território, Direitos humanos e sociais; Políticas de Inclusão Sociodigital –, visando a superação da fragmentação do conhecimento e formando Núcleos Integradores compostos por atividades e ações voltadas para o ensino, pesquisa e extensão – Atividades virtuais de Pesquisa e Ensino; Atividades virtuais e Extensão e Ensino; Web Seminários e Web Conferências Temáticas; Formação de professores da rede básica; Cursos livres e Oficinas Temáticas; Fóruns de diálogos e encontros comunitários; Atividades de acompanhamento e orientações aos estudantes. Por fim, “As referidas atividades constituem-se, ainda, um amplo projeto de formação política e crítica assentada em fundamentos teórico-práticos, diante das situações vivenciadas pelos estudantes nos aspectos sociais, econômicos, emocionais e político-pedagógicos” (FACED/UFC, 2020, p. 18).

Ademais, a FACED/UFC aponta que o problema principal do ensino remoto não está somente no fato de os estudantes não terem acesso aos instrumentos tecnológicos ligados à internet, mas na atitude unilateral e antidemocrática da Universidade (FACED/UFC, 2020) que fez adesão a esse modelo de ensino desconsiderando o contexto econômico, político e social em que os estudantes se encontram, uma vez que o desemprego, o número de contaminados e óbitos marcam este momento de crise humanitária e a fome assola os trabalhadores mais simples e suas famílias, tornando a vida ainda mais vulnerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se evidenciado que, como consequência imediata do avanço do capitalismo, vem ocorrendo uma destruição ambiental sem precedentes e de efeitos que se não freados no quadro atual, poderão ser irreversíveis, resultando em catástrofes naturais e na ocorrência de pandemias, como a da Covid-19, pondo em dúvidas o porvir humano. Resultado da forma como os homens em coletividade se relacionam com a natureza para produzir a riqueza, a pandemia



hodierna não é a responsável pela crise do capitalismo, que vem sinalizando seu caráter estrutural e demonstrando seu potencial destrutivo e incompatível com os processos civilizatórios da humanidade. O capital, como potência incontrolável, na busca desenfreada pela expansão da acumulação e do lucro, acaba por se chocar com seus limites absolutos, que para continuar seu ciclo reprodutivo, precisa transformar os recursos naturais finitos em mercadoria. Essa contradição, lança para a humanidade a tarefa histórica e única solução possível para superação da barbárie social: superação do modus operandi do capital.

A busca desenfreada do capital pela continuidade de sua reprodução e lucro atropela tudo que considera como obstáculo, ignorando a natureza, a vida humana e o fato de que a relação homem-natureza requer consciência crítica no tocante à exploração sem limites, a qual poderá causar a destruição da humanidade. Nessa esteira, a pandemia da Covid-19, enquanto consequência dessa relação – entre o homem e a natureza – é utilizada para justificar a crise estrutural do capital que ora se aprofunda e, ao mesmo tempo, como estratégia para que os capitalistas continuem lucrando, sobretudo através de reformas que incidem na precarização, expropriação e exploração da classe trabalhadora.

Dentro dessa totalidade social, assim como outros complexos, a educação foi diretamente afetada pela pandemia da Covid-19, mormente pelo argumento dos governos de que as aulas não poderiam parar, visto a necessidade de os estudantes continuarem aprendendo. Na ordem do dia, colocada pelo capital em crise, o que está em jogo não é a defesa pela vida da população, mas a necessidade de continuar lucrando, em meio à barbárie que se instalou de modo global. Através da defesa da continuidade das aulas pelo Estado, mesmo no percurso da crise sanitária, busca-se, por um lado, materializar as orientações dos organismos multilaterais em relação ao uso das TDIC definidas nos documentos oficiais, e por outro, introduzir no sistema educacional empresas de capital privado que, através de plataformas digitais, ditam a formação dos estudantes, pautada em um modelo de ensino baseado no desenvolvimento das competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. Assim, os capitalistas ampliam seus lucros através da relação público-privada com a venda de plataformas digitais e pacotes de formação e material apostilado ao Estado e, ainda, garantem que os indivíduos sejam formados sob a ótica do mercado.

Contrapondo-se à ideologia mercadológica-empresarial, os docentes, técnicos-administrativos e discentes do curso de Pedagogia da FAGED/UFC posicionaram-se contrários ao ensino remoto arbitrariamente defendido e imposto pela reitoria da UFC, e apresentaram um



plano de atividades que contemplou os conteúdos das diversas disciplinas do curso, que foram organizados em eixos temáticos a partir de um planejamento coletivo, inclusivo e interdisciplinar. As atividades foram denominadas de Atividades Educativas Emergenciais e tiveram como fundamentação teórica as atividades emancipadoras do professor-pesquisador Ivo Tonet, que argumenta uma formação humana emancipadora, diferentemente do que propõe o Estado através das várias políticas públicas educacionais de cunho reformistas. Com essa proposta, buscou-se diminuir o fosso causado pelo modelo de ensino remoto que depende, exclusivamente das plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 26 jul. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020 (recurso digital).

BRASIL, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CP Nº 15/2020.** (Recurso Digital acessado em navegador Web) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pecp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 22 jul. 2021.

CNN BRASIL. **Bilionários ficaram U\$\$ 5 trilhões mais ricos em meio à pandemia de Covid-19.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/06/mesmo-com-a-pandemia-da-covid-19-bilionarios-ficaram-us-5-trilhoes-mais-ricos>. Acesso em: 23 jul. 2021.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social:** por que os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. 2020. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ESTRELA, F.M. *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhb/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FILHO, F. G. S.; CARMO, M.; RIBEIRO, L. T. F. Pandemia de Covid-19 e as atividades educativas emergenciais: a experiência do curso de pedagogia da Faculdade de Educação Universidade Federal do Ceará. In: RABELO, J.; MENDES SEGUNDO, M. D.; FRERES, H. A.; CARMO, F. M. Dossiê: Educação e Luta de Classes no Contexto da Pandemia da Covid-19. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 10, nº 14, dezembro/2020. p. 110-132.



FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Ceará. **Participar e Incluir:** por uma pedagogia colaborativa – Atividades Educativas Emergenciais. Fortaleza, CE, 2020. Disponível em: http://www.issuu.com/facedufc/fac_educac_ufc. Acesso em: 23 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Graduação. **Proposta Pedagógica de Emergência.** Fortaleza, 2020. Disponível em: http://www.ufc.br/images/pdfs/200608_PPE.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

G1. **Desemprego mantém recorde de 14,7% e atinge 14,8 milhões de brasileiros no trimestre encerrado em abril.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/30/desemprego-fica-em-147percent-no-trimestre-terminado-em-abril-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2021.

GOUVEA, M. M. A culpa da crise não é do vírus. In. MOREIRA, E.; GOUVEIA, R.; GARCIA, J. [et al.]. [org.]. **Em tempos de pandemia:** propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. p. 19-28.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. **IFC Financia fortalecimento da plataforma digital da Ser Educacional para aumentar oferta de ensino a distância a estudantes do Brasil.** Disponível em: <https://pressroom.ifc.org/all/pages/PressDetail.aspx?ID=26418>. Acesso em: 28 jun. 2021.

LIMA, N.T.; BUSS, P.M.; PAES-SOUSA, R. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00177020, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00177020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/yjBt8kkf6vSff4nz8LNDnRm/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2021.

LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014. 128 p.

LUCÁKS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. SP: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural.** Conferência de abertura do II Encontro de São Lázaro, em comemoração aos 70 anos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, junho de 2011. Disponível em: http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf. Acesso em 04 de jul. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. SP: Boitempo, 2002.



OPAS. **Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021>. Acesso em: 22 out. 2023.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** 2014. Disponível em: https://geopraxis.files.wordpress.com/2014/01/educacao_cidadania_e_emancipacao_humana.pdf; 22 jul.2021.

TONET, Ivo. Socialismo: obstáculos a uma discussão. **Revista de Pesquisa Histórica** - N. 26-1, 2008. p. 215-237. Disponível em: [file:///C:/Users/danie/Downloads/24202-48256-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/danie/Downloads/24202-48256-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 12 jul. 2021.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia COVID-19 e a reinvenção do comunismo.** S. P.: Boitempo, 2020.